



7

**REFLEXÕES SOBRE BANCO DE IMAGENS
A PARTIR DA PERSPECTIVA ARQUIVÍSTICA**

Roberta Pinto Medeiros
Anna Carla Almeida Mariz



1 Introdução

A imagem pode ser retratada de diversos modos, como a representação de um objeto, de um documento, de uma fotografia¹, de uma película etc. As imagens têm a capacidade de transmitir ideias, conceitos e emoções de forma rápida e eficaz, além de serem capazes de influenciar a percepção e o comportamento das pessoas. Além disso, as imagens podem ser coloridas ou em preto e branco, realistas ou abstratas, estáticas ou em movimento, dependendo do meio utilizado para criá-las e do objetivo pretendido pelo seu autor.

Entendemos que a imagem é uma representação visual de algo ou alguém, capturada por meio de um dispositivo, como uma câmera fotográfica, de vídeo, ou, ainda, criada por meio de *software* de edição de imagem ou de desenho. As imagens podem ser digitais, como aquelas vistas em monitores de computador ou em telas de *smartphones*, impressas em papel ou em outras mídias físicas.

Há pouco aprofundamento na arquivologia sobre o estudo, pois, geralmente, um banco de imagens aparece como secundário nas discussões que envolvem a digitalização de documentos de arquivo ou, de modo geral, é utilizado com o termo banco de dados.

No entanto, convém discutir alguns termos que aparecerão no presente texto, como documento de arquivo, fotografia e imagem. Quando buscamos o conceito de documento arquivístico, o Glossário da Câmara Técnica de Documentos Eletrônicos o define como “Documento produzido (elaborado ou recebido), no curso de uma atividade prática, como instrumento ou resultado de tal atividade, e retido para ação ou referência” (CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS, 2020, p. 24). Tal citação é importante na medida em que a arquivologia trata os conjuntos de documentos de forma orgânica, ou seja, que possuem relação entre si, e isso não se diferencia quando falamos sobre fotografias.

¹ Para o *Dicionário brasileiro de terminologia arquivística*, fotografia é uma “Imagem produzida pela ação da luz sobre película coberta por emulsão fotossensível, revelada e fixada por meio de reagentes químicos” (BRASIL, 2005, p. 95).

O *Dicionário brasileiro de terminologia arquivística* (2005) apresenta quatro definições que permeiam esta pesquisa e, portanto, valem a pena destacar. A primeira definição é sobre **documento fotográfico**, que é “Fotografia em positivo ou negativo” (BRASIL, 2005, p. 76). A segunda é sobre **documento iconográfico**, que significa “Gênero documental integrado por documentos que contém imagens fixas, impressas, desenhadas ou fotografadas, como fotografias e gravuras” (BRASIL, 2005, p. 76). Já o conceito de **fotografia**, a terceira, resume-se como “Imagem produzida pela ação da luz sobre película coberta por emulsão fotosensível, revelada e fixada por meio de reagentes químicos” (BRASIL, 2005, p. 95).

Por fim, a quarta, a respeito da terminologia **imagem** que é apresentada como “Representação gráfica, plástica ou fotográfica de seres, objetos ou fatos” (BRASIL, 2005, p. 104), ou seja, uma definição muito mais ampla que a delimitação de documentos. Vale ressaltar que nem o Glossário nem o Dicionário citados apresentam o conceito de banco de imagem.

Posto isso, o objetivo deste texto é aprofundar as discussões e reflexões que permeiam o campo de banco de imagens na arquivologia. Dessa forma, a área precisa se apropriar de conceitos utilizados pela biblioteconomia, como a indexação de imagens. Logo, como resultados desta pesquisa, convém apresentar uma primeira abordagem de procedimentos sobre como elaborar políticas de indexação na arquivologia.



2 Indexação de imagens e o contexto de produção na Arquivologia

Os documentos que contêm imagens, sejam estáticas (fotografias, gravuras, desenhos etc.) ou em movimento (filmes, documentários etc.), são considerados documentos de arquivo se fizerem parte de um conjunto orgânico, se produzidos e/ou recebidos em função das atividades de um órgão ou pessoa e de acordo com as definições clássicas de arquivo, as quais deixam claro que o suporte ou gênero documental não são os fatores que determinam o que é ou não arquivo.

Se retiradas de seu contexto de produção, tais imagens perdem muito de seu significado. O entendimento dos motivos de sua geração e o seu contexto precisam ser considerados para definir o tratamento que será dado ao conjunto documental; não apenas o conteúdo das imagens, mas o que se vê representado nelas. “Numa fotografia existe o “antes e o depois”” (COSTA, 2015, p. 297). A relação com os demais documentos produzidos e acumulados pelo órgão ou pessoa é fundamental para entender as funções e atividades às quais estão relacionadas.

Os autores Silva e Carvalho (2014) afirmam que a prática recorrente nos arquivos de separar documentos com imagens dos convencionais é contrária aos padrões arquivísticos, pois quebra a organicidade, e acrescentam que essa ação rompe com o Princípio de Proveniência². Ao dividir os conjuntos documentais, formam-se verdadeiras coleções de documentos, pelo simples fato de estarem registrados em suportes não convencionais.

Segundo Lacerda (2012, p. 295):

uma imagem fotográfica só se torna um documento de arquivo quando, a partir de sua produção, percorre uma trajetória direcionada por uma vontade de documentar uma ação, um fato; quando constitui um tipo de documento ou de suporte de comunicação [...].

Assim, Lacerda considera necessário restabelecer vínculos com outros documentos que participaram da transação que originou a fotografia. A condição para a contextualização dos documentos fotográficos é a sua articulação com outras espécies documentais.

² Para o *Dicionário brasileiro de terminologia arquivística*, o princípio da proveniência é o “Princípio segundo o qual os **arquivos** (1) originários de uma instituição ou pessoa devem manter sua individualidade, não sendo misturados aos de origem diversa” (CAMARGO; BOTANI; BELLOTTO; MEZZALIRA; GONÇALVES; TESSITORE, 2012, p. 69, grifo dos autores).

A indexação de imagens é importante em diversas áreas, como em bibliotecas digitais, bancos de imagens, sites de comércio eletrônico etc. Isso ocorre porque a capacidade de encontrar imagens rapidamente é essencial para o uso eficiente de grandes coleções.

A discussão sobre indexação de fotografias não costuma incluir as especificidades do tratamento arquivístico em torno do documento fotográfico. Indexar documentos convencionais já constitui um desafio, dada a carência de aporte teórico-metodológico na Arquivologia (BARROS, 2016). A indexação de fotografias, em seu sentido amplo, é uma tarefa complexa de acordo com Felipe e Pinho (2017), pois a subjetividade do indexador pode interferir na interpretação da imagem fotográfica. Dessa forma, além das lacunas quanto à indexação de documentos de arquivo, existe o desafio de indexação de fotografias, especificamente na etapa de análise e interpretação deste documento (SANTANA; MEDEIROS, 2022, p. 2-3).

Logo, a interpretação de fotografias é algo extremamente subjetivo, que acontece de acordo com o ponto de vista, a cultura e vários outros pontos de vista próprios de cada um que a vê. Felipe (2016, p. 67) explica:

[...] as fotografias possuem aspectos subjetivos e estes devem ser identificados na indexação. Se em uma tela branca se pode encontrar várias interpretações como vazio e oportunidade, quanto mais na fotografia na qual existe não só o referente, mas vários constituintes.

Uma das vertentes desses níveis de análise é contemplada pela literatura como os sentidos denotativos e conotativos das imagens. Rodrigues (2011) apresenta, basicamente, dois níveis de análise: o descritivo e o interpretativo. O primeiro analisa aspectos denotativos; é o que a fotografia mostra de forma explícita. O segundo analisa aspectos conotativos, sejam concretos ou abstratos, o que pode ser percebido na foto, mesmo não aparecendo.

Como exemplo pode-se pensar na fotografia de uma rolha de champanha. A análise denotativa corresponde ao que a imagem mostra. Já a análise conotativa pode dar margem a várias interpretações, como remeter a uma comemoração.



Sumarizando a questão, o documento fotográfico deve ser compreendido levando em consideração a sua configuração documental (se anexo a um outro documento, se colado a um cartão, se integrante de álbum ou portfólio etc.) e, em um planejamento para digitalização, considerar não só a imagem (conteúdo visual), mas a fotografia como objeto quando for necessário (LACERDA, 2022, p. 46).

Portanto, a indexação de imagens é o processo de atribuir palavras-chave, tags ou metadados a uma imagem para facilitar a sua identificação e recuperação posterior. Esses metadados podem incluir informações sobre o conteúdo da imagem, como o objeto, o local, a cor, a resolução, o autor e o formato do arquivo. Nesse sentido,

tradicionalmente, a organização de documentos imagéticos tende a valorizar a informação visual, relegando a um segundo plano o contexto de produção do documento. Tal conduta seria justificada pela dificuldade de recomposição dos motivos da produção documental (LOPEZ; BORGES, 2009, p. 161).

Corroborando com o pensamento dos autores Lopez e Borges (2009) na questão sobre o contexto de produção do documento imagético, Madio (2012, p. 61) enfatiza que “a aceleração e o avanço dos meios digitais em todas as atividades públicas e privadas estão forçando a adequação dos arquivos fotográficos em grandes bancos de imagens, sem uma identificação da gênese e das séries documentais”. Daí a importância de levar em consideração o contexto de produção da fotografia quando da criação de um banco de imagens, justamente para que se compreenda o porquê da existência daquela fotografia, se possui relação com outros documentos e, até mesmo, com outros conjuntos fotográficos.

Desse modo, a recuperação de fotografias pode ser realizada por meio da indexação dos aspectos subjetivos da análise da fotografia (SILVA; DIAS, 2019). Consequentemente, auxilia na qualidade de se criar palavras-chave para a indexação de fotografias e que representam tanto a imagem como o contexto do documento imagético.

[...] o termo indexação possui dois sentidos: um, mais amplo, quando se refere à atividade de criar índices, seja de autor, título, assunto, tanto de publicações (livros, periódicos), quanto de catálogos ou banco de dados, em bibliotecas ou centros de informação. O outro sentido, mais restrito, se refere apenas à indexação ou catalogação de assuntos das informações contidas em documento (DIAS; NAVES, 2007, p. 27 apud SILVA; DIAS, 2019, p. 9).

Fica evidente que a subjetividade da análise das fotografias é bastante significativa,

diferentemente dos objetos textuais que já possuem instrumentos para a descrição dos elementos para fins de representação, as fotografias ou outro tipo de objetos imagéticos não contam com normas ou códigos que padronizam a representação dos elementos extrínsecos ou mesmo um consenso acerca da representação daquilo que denota o seu conteúdo (SILVA; DIAS, 2019, p. 3).

Por isso, acrescenta-se à subjetividade da análise de fotografias elementos a mais, como o que o pesquisador quer pesquisar e o que o autor da fotografia quis passar de informação com aquele documento imagético. Ou seja, esses elementos devem ser levados em consideração no momento da elaboração de banco de imagens.



3 Metodologia

Este trabalho se baseia em preceitos teóricos que envolvem a questão de bancos de imagem na arquivologia. Portanto, é uma pesquisa de natureza qualitativa. De acordo com Minayo (2007):

a pesquisa qualitativa responde a questões muito particulares. Ela se preocupa nas ciências sociais, como um nível de realidade que não pode ser quantificado, ou seja, ela trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações dos processos e dos fenômenos não pode ser reduzido a operacionalização de variáveis.

Para a construção de metodologias na elaboração de banco de imagens na arquivologia, nos baseamos, inicialmente, nas seguintes obras arquivísticas, que são resoluções e publicações do Conselho Nacional de Arquivos (CONARQ):

- Norma brasileira de descrição arquivística (CONARQ, 2006)
- Recomendações para digitalização de documentos arquivísticos permanentes (CONARQ, 2010)
- Diretrizes para a implementação de repositórios arquivísticos digitais confiáveis - RDC-Arq (CONARQ, 2015)
- Glossário Documentos Arquivísticos Digitais (CONARQ, 2020)
- e-Arq Brasil: Modelo de requisitos para sistemas informatizados de gestão arquivística de documentos (CONARQ, 2022a)
- Diretório Brasil de Arquivos: Manual de procedimentos para as entidades custodiadoras aderentes (CONARQ, 2022b).

No entanto, após análise das obras, constatamos que nenhuma discute ou aborda o banco de imagens, ou seja, a arquivologia carece de embasamento teórico nas suas principais normas de procedimentos. Porém, é apenas nas cinco últimas normas que encontramos o termo banco de dados direcionado mais especificamente para a digitalização de documentos e sem a menção de procedimentos para fotografias. Em todo caso, essa constatação não deve ser interpretada como negativa, pois há tentativas da área em iniciar um aporte teórico específico sobre a temática, a exemplo dos textos abordados no referencial deste artigo.

Para complementar tal análise, numa rápida pesquisa na Base de Dados Referenciais de Artigos de Periódicos em Ciência da Informação (Brapci) utilizando as palavras-chave **banco de imagens** e **arquivologia**, obtivemos o seguinte resultado como mostra a Figura 7.1.

BRAPCI

home sobre índices login

todos autores título palavras-chave resumo texto completo

Para refinar a busca veja [Busca Avançada](#)

Delimitação

Delimitação da busca: 1972 2023

Ordernar: Relevância Mais novos Mais antigos

Nada localizado para "banco de imagens; arquivologia"

historic_search

Data/Hora	Consulta	Tipo	Ordem	Total
2023-02-16 14:29:46	BANCO DE IMAGENS; ARQUIVOLOGIA	todos	Relevância	0
2023-02-16 14:29:32	BANCO DE IMAGENS; ARQUIVOLOGIA	palavras-chave	Relevância	0

Figura 7.1 – Captura de tela sobre a pesquisa das palavras-chave na BRAPCI.
Fonte: Elaboração própria, 2023.



Em face da escassez de produtos que discutem o assunto, recorreremos à área de biblioteconomia, que possui aporte teórico mais amplo sobre a temática. Como resultado, encontramos o modelo do uso do Método Complexo (Quadro 7.1) e das Funções Primárias da Imagem (Quadro 7.2) preconizados por Català Domenéch (2011), conforme podem ser visualizados a seguir. Esses métodos foram analisados pelas autoras Gislene Rodrigues da Silva e Célia da Consolação Dias na pesquisa sobre as contribuições da indexação de fotografias baseada no método complexo e nas funções primárias da fotografia.

ELEMENTO	DEFINIÇÃO
Descrição da imagem	Estrutura da fotografia, elementos e materiais que a compõem, se há ligação entre as imagens.
Ecologia da imagem	Uso da imagem em diferentes contextos, imagem-rede.
Interpretação da imagem	Identificação do propósito de criação da imagem, contexto de criação e possíveis interpretações.

Quadro 7.1 – Elementos de análise e representação das fotografias – Método complexo.
 Fonte: Criado a partir dos elementos de análise e representação de Domenéch (2011), Silva; Dias (2019).

Observa-se, no Quadro 7.1, que esse método preconiza três elementos fundamentais para qualquer análise de fotografias. Destaca-se a definição da interpretação da imagem que contém, entre outros, o **contexto de criação** da fotografia, elemento que deve ser levado em consideração quando falamos de fundos arquivísticos ou arquivos, já que é uma característica marcante na arquivologia a relação orgânica dos documentos. O método complexo é uma maneira de se analisar as fotografias sem ser simplista demais a ponto de perder os elementos que envolvem a dinâmica da imagem (fotógrafo + paisagem + espectador).

Para Edgar Morin, está claro quando fala do método complexo, ou seja, da relação entre o todo e as partes: normalmente o método científico examina as partes e vai eliminando para chegar ao concreto, e então “o todo” se perde a complexidade seria voltar a recuperar o “todo”, ter essa consciência do “todo” por meio das relações da imagem, da constituição dessa constelação que é ver o todo, a ecologia visual, ou o “todo”, no sentido de ver na imagem multitude de elementos e, é capaz que às vezes, essas metodologias mais estritas, que analisam só aspectos concretos, deixam de lado (COSTA, 2015, p. 298).

Já as Funções Primárias da Imagem, que podem ser visualizadas no Quadro 7.2, correspondem aos seus elementos subjetivos. É como se conseguíssemos a análise do fotógrafo e do espectador ao mesmo tempo, ou seja, as funções primárias devem atender tanto às expectativas de quem fez a imagem como de quem a vê, pois ela não é vista igualmente por todos.

FUNÇÃO PRIMÁRIA DA IMAGEM	DEFINIÇÃO
Informativa	Acontecimento ou fato de forma a testemunhar a realidade.
Comunicativa	Objetivo de transmitir uma mensagem.
Reflexiva	Pensamento: autor da imagem faz uso da reflexão. Autônoma: não tem intenção de reflexão.
Emocional	Imagens em primeiro plano com fator emocional.

Quadro 7.2 – Funções Primárias da Imagem.
Fonte: Criado a partir de Domenéch (2011), Silva; Dias (2019).



O quadro acima resume os principais elementos que devem ser levados em consideração numa análise pensando na representação da imagem, como na criação de um banco de imagens. As quatro funções primárias da imagem falam por si, mas ter a subjetividade como característica é o seu grande diferencial. Em todo caso, não estão restritas ao enquadramento do objeto a posição da câmera, luminosidade, tempo de exposição, profundidade ou composição (retrato, paisagem, natureza morta). “Às vezes, em nome da efetividade, escolhemos métodos que nos dão resultados imediatos. Mas isso implica na perda de informações e de tantas questões que estão na imagem” (COSTA, 2015, p. 298).

Enfim, constatamos que a subjetividade é um ponto diferencial, que leva em consideração o contexto de produção, tão caro à área de arquivologia. Assim sendo, é necessário que se promova uma proposta que contemple aspectos da área a serem abordados ou discutidos nas normas, manuais, recomendações etc., que são, querendo ou não, o norte para traçar possíveis mudanças ou estratégias, como a proposta deste texto.

4 Banco de imagens na perspectiva da arquivologia

Antes de iniciar uma discussão a respeito de banco de imagens é preciso abordar dois termos, o banco de imagem e o banco de dados, que são muito comuns na arquivologia e que podem ser considerados como uma coleção organizada de informações armazenadas de forma a permitir o acesso, a manipulação e a recuperação eficiente dos dados. Esses dados podem ser acessados, gerenciados e atualizados facilmente por meio de *softwares* específicos chamados Sistemas de Gerenciamento de Banco de Dados (SGBD).

Os bancos de imagens normalmente não consideram a proveniência nem as relações orgânicas. Armazenam fotografias produzidas para fins artísticos e/ou servir aos meios jornalísticos, publicitários e outras modalidades de comunicação. Nesse sentido, compor tais vertentes de interpretação com os pontos de análise próprios de um acervo arquivístico justifica-se por ampliar o uso que o acervo arquivístico pode alcançar.

O banco de imagens na arquivologia é uma ferramenta que permite armazenar e gerenciar imagens relacionadas aos documentos arquivísticos. Ele é utilizado para preservar e garantir acesso a documentos de arquivo que possam ser considerados como parte do patrimônio cultural e histórico de uma instituição ou sociedade, por exemplo.

Os documentos arquivísticos podem ser registros em formato papel, fotografias, gravações em fita, vídeos etc. O banco de imagens permite a digitalização desses documentos, o que facilita o acesso e a consulta por parte dos usuários. Além disso, a digitalização dos documentos permite preservar a integridade dos originais e evita a degradação causada pelo manuseio frequente.

Os bancos de imagens na arquivologia geralmente incluem recursos de pesquisa, classificação e categorização, além de possibilitar a adição de metadados que forneçam informações adicionais sobre cada documento, como data, local, autor etc.

Em resumo, o banco de imagens na arquivologia é uma importante ferramenta para a preservação e acesso a documentos arquivísticos, permitindo que a informação seja preservada e compartilhada com futuras gerações. Neste texto, delimitamos a reflexão de banco de imagens de fotografias. Tais documentos são armazenados e indexados para fins de preservação e acessibilidade futura.



5 Conclusões

Com as fotografias em suporte digital não existe mais a necessidade de separá-las do restante do acervo por motivos de preservação. Essa prática, sem os devidos cuidados de garantia da proveniência, fazia com que muitos acervos fossem desmembrados, o que levava à perda do contexto de produção e da relação com os outros documentos do acervo, na maioria das vezes de forma irreversível.

As fotografias que compõem acervos arquivísticos precisam atender às especificidades dos documentos de arquivo, manter a relação orgânica com o restante do acervo, seguir os mesmos princípios de avaliação, organização, classificação, arranjo e descrição, em suma, precisam estar incluídas na gestão de documentos do órgão ou instituição, atendendo também às especificidades de documentos que são compostos de imagens. Não obstante, podem também atender aos requisitos para que se tornem um banco de imagens a serem recuperadas também para outros usos que não limitem aos inicialmente pensados na produção dos documentos.

O método proposto por Català Domenéch (2011, *apud* SILVA; DIAS, 2019) apresenta os tópicos necessários para a análise da imagem na arquivologia, já que leva em consideração o contexto de produção daquele documento iconográfico, pois, nas funções primárias, o elemento contexto de criação da imagem enfatiza as características de criação sem ser aqueles relacionados à estrutura técnica da imagem.

Concluimos que, utilizando as contribuições de Català Domenéch (2011, *apud* SILVA; DIAS, 2019), podemos “enxergar” a transversalidade da fotografia, a qual, apesar de inerte (por não se mover), de fixar coisas, objetos, pessoas, paisagens etc., atravessa gerações, elementos, áreas e significados.

Referências

BRASIL. Arquivo Nacional. **Dicionário brasileiro de terminologia arquivística**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005.

CAMARGO, Ana M. de A.; BOTANI, Aparecida S. L.; BELLOTTO, Heloísa L.; MEZZALIRA, Isabel M.; GONÇALVES, Janice; TESSITORE, Viviane. **Dicionário de terminologia arquivística**. 3. ed. São Paulo: ARQ-SP, 2012.

CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS. **Diretório Brasil de Arquivos: Manual de procedimentos para as entidades custodiadoras aderentes**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2022.

CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS. **Diretrizes para a implementação de repositórios arquivísticos digitais confiáveis - RDC-Arq**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2015.

CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS. **e-Arq Brasil: Modelo de requisitos para sistemas informatizados de gestão arquivística de documentos**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2022.

CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS. **Glossário Documentos Arquivísticos Digitais**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2020.

CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS. **Recomendações para digitalização de documentos arquivísticos permanentes**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2010.

COSTA, M. R. da. Por um olhar complexo sobre a imagem. **Intercom: Revista Brasileira de Ciências da Comunicação**, São Paulo, v. 38, n. 1, p. 295-308, jan./jun. 2015. Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=69838466015>. Acesso em: 22 mar. 2023.

FELIPE, C. B. M. **Os aspectos sociocognitivos para a indexação de fotografias**. 2016. 153 fls. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Centro de Artes e Comunicação, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2016. Disponível em: https://bdtd.ibict.br/vufind/Record/UFPE_85d241f99825396999ad3a507bb87d04. Acesso em: 22 mar. 2023.

LACERDA, A. L. A era digital e seu impacto na gestão de acervos fotográficos. In: MADIO, T. C. C.; MACHADO, B. H.; BIZELLO, M. L. (org.). **Desafios na identificação e organização de fotografias: abordagens teóricas e boas práticas nos arquivos brasileiros**. Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2022. p. 39- 62.

LACERDA, A. L. A fotografia nos arquivos: produção e sentido de documentos visuais. **História, ciências, saúde: Manguinhos**, v. 19, n.1, p. 283-302, jan./mar. 2012. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/hcsm/a/3WdkxjRfLj65nGbDgQPfnh/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 22 mar. 2023.



LOPEZ, A. P. A.; BORGES, L. DE M. Uma visão arquivística sobre os documentos fotográficos referentes ao decanato de ensino de graduação presentes no acervo do Centro de Documentação da Universidade de Brasília. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 38, n. 3, p. 160-170, set./dez. 2009.

MADIO, T. C. C. Uma Discussão dos Documentos Fotográficos em Ambiente de Arquivo. In: VALENTIM, M. L. P., (ed.). **Estudos avançados em Arquivologia**. Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2012. p. 55-68.

MINAYO, M. C. de S. O desafio da pesquisa social. In: DESLANDES, S. F.; GOMES, R. **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis: Vozes, 2007. p. 9-29.

RODRIGUES, R. C. **Análise e tematização da imagem fotográfica**: determinação, delimitação e direcionamento dos discursos da imagem fotográfica. 2011. 323 fls. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) - Faculdade de Ciência da Informação, Universidade de Brasília, Brasília, 2011. Disponível em: https://bdtd.ibict.br/vufind/Record/UNB_b71fe6b1e20dd0c3fcd7d5c02b98f975. Acesso em: 22 mar. 2023.

SANTANA, A. B. T.; MEDEIROS, G. M. de. **Tematização de fotografias como documentos arquivísticos**. 2022. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Arquivologia) - Centro de Ciência da Educação, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2022. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/238189>. Acesso em: 20 mar. 2023.

SILVA, G. R. da; DIAS, C. da C. Indexação de fotografias por meio do modelo de leitura baseado no método complexo e nas funções primárias da imagem. **Múltiplos Olhares em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 9, n. 2, p. 1-14, 2019.

SILVA, L. A. S. da; CARVALHO, T. C. Discurso e práxis do documento audiovisual nos arquivos: perspectivas de organização arquivística. **Archeion Online**, João Pessoa, v. 2, n. 2, p. 5-29, 2014. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/archeion/article/view/22514>. Acesso em: 22 mar. 2023.

COMO CITAR ESTE CAPÍTULO:

MEDEIROS, Roberta Pinto; MARIZ, Anna Carla Almeida. Reflexões sobre o banco de imagens a partir da perspectiva arquivística. In: MACÊDO, Diego José; SHINTAKU, Milton (org.). **Imago: reflexões para proposição de banco de imagens**. Brasília: Ibict, 2023. Cap. 7, p. 92-107. DOI: 10.22477/9786589167440.cap7